

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR A PARTIR DE PESQUISAS ACADÊMICAS

GIRLANE DA SILVA DOS SANTOS*

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

<https://orcid.org/0000-0003-1950-8202>

ZULMA ELIZABETE DE FREITAS MADRUGA**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

<https://orcid.org/0000-0003-1674-0479>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar como as pesquisas acadêmicas brasileiras discutem as relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA). De modo a ampliar as discussões sobre as questões que concernem a esse público. A pesquisa realizada é de cunho qualitativo e bibliográfico, para coleta, organização e análise de dados foram utilizados os procedimentos do mapeamento na pesquisa educacional. A coleta de dados foi realizada nos sites de buscas *Google Acadêmico*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nestes, buscou-se por pesquisas que relacionassem a EJA com as relações étnico-raciais, atentando-se às discussões que estão sendo realizadas em prol de viabilizar as políticas para essa modalidade de ensino. Espera-se que as discussões acerca das relações étnico-raciais sejam potencializadas, objetivando quebrar estigmas no ensino da EJA, tendo em vista que essa modalidade possibilita que jovens e adultos que abandonaram a escola, possam alcançar uma formação que oportunize o desenvolvimento da criticidade, bem como reconhecer seus direitos e deveres, inseridos no contexto que compõe sua história. Os resultados apontaram que a Lei 10.639/2003, para além de ser inserida na escola, precisa ser debatida, para que os indivíduos conheçam suas histórias, possibilitando criar relações entre seu cotidiano e as vivências no contexto escolar.

Palavras-chaves: EJA; Relações Étnico-Raciais; Educação; Políticas Educacionais.

* Mestranda em Educação em Ciências e Matemática na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Ensino de Ciências Naturais e Matemática. Especialista em Ensino de Matemática. Licenciada em Matemática. Membro do Grupo de estudos e pesquisas sobre Tendências da Educação Matemática e Cultura (GEP-TEMaC). E-mail: girlehta@hotmail.com.

** Doutora em Educação em Ciências e Matemática. Professora de ensino de Matemática no Centro de formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Docente permanente dos Programas de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (UESC) e Educação Científica e Formação de Professores (UESB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Tendências da Educação Matemática e Cultura (GEPTE-MaC). Email: betemadruga@ufrb.edu.br

ABSTRACT

ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS: A LOOK FROM ACADEMIC RESEARCH

This article aims to identify how Brazilian academic research discusses ethnic-racial relations in Youth and Adult Education (EJA). In order to expand discussions on issues that concern this audience. The research carried out was of a qualitative and bibliographic nature, for data collection, organization and analysis, mapping procedures in educational research were used. Data collection was carried out on the search sites Google Scholar, Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in which we searched for research that relate EJA with ethnic-racial relations, paying attention to the discussions that are being held in favor of making policies for this type of teaching viable. It is expected that discussions about ethnic-racial relations will be enhanced, aiming to break stigmas in the teaching of EJA, considering that this modality allows young people and adults who have abandoned school to achieve training that provides the opportunity for the development of criticality, as well as recognizing their rights and duties, inserted in the context that makes up their history. The results showed that Law 10.639/2003, in addition to being inserted in schools, needs to be debated, so that individuals know their stories, making it possible to create relationships between their daily lives and experiences in the school context.

Keywords: EJA; Ethnic-Racial Relations; Education; Educational Policies.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA tem o histórico marcado pelas lutas das classes minoritárias, em alcançar políticas públicas que contemplassem a implementação dessa modalidade de ensino. A EJA tem o intuito de atender jovens e adultos que na idade regulamentar não puderam ter uma formação adequada, por problemas de várias ordens que se evidenciaram no período escolar, sendo eles as condições sociais, vulnerabilidade sociais, acesso à educação, preconceito e discriminação são questões que afetaram a participação no processo de ensino e aprendizagem

Assim, mesmo a Educação sendo um direito de todos, isso não se concretizava, inclusive na EJA, excluía-se as pessoas que tinham menor poder aquisitivo (STRELHOW, 2010). Diante dessa situação, alguns movimentos foram acontecendo, objetivando que todos indivíduos pudessem dispor de uma formação

que lhes assegurassem seus direitos mediante a sociedade (GADOTTI, 2009).

As políticas educacionais em uma sociedade fundamentalmente capitalista, em que imperam desigualdades sociais e econômicas, são construídas de forma a atender os interesses de uma classe dominante (classe social que controla o processo econômico e político do país), e manter o sistema de produção. Quebrar esse paradigma para alcançar os direitos democráticos é um desafio e uma luta que se faz presente ao longo de toda a história da EJA (MARQUEZ; GODOY, 2020, p.27).

As políticas educacionais serviram para demonstrar como a desigualdade imperava/impera no país, tendo em vista analisar a quem prevaleciam os direitos democráticos da sociedade. Tem-se no Brasil, uma sociedade indexada por parte da população negra/parda, estas em sua maioria, não alcançaram uma formação escolar, decorrente das marcas históricas do país (IBGE, 2022).

Consoante a isso, o analfabetismo cresce demasiadamente em especial na faixa etária de 18 anos ou mais, desmarcando a falta de política pública que afeta a população brasileira e evidenciando as desigualdades entre a sociedade e os indivíduos que nela (con)vivem.

Esses acontecimentos são crescentes diante das exclusões que ocorreram ao longo da história do Brasil, marcando assim os problemas que a sociedade enfrenta em prol de uma Educação que atenda a todos de forma igualitária.

Nesse sentido, objetiva-se identificar como as pesquisas acadêmicas brasileiras discutem as relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos.

PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O processo de alfabetização teve início no período colonial, em que a escolarização ocorria pelos jesuítas. Nesta época, o processo de escolarização tinha como fundamento os princípios religiosos, uma ideia voltada à doutrinação dos indivíduos. Assim, a Educação não era considerada importante, por alguns fatores que emergiram da sociedade, tais como falta de profissionais, escolas qualificadas, trabalhos rurais, dentre outros que impulsionaram a formação educacional (MARQUEZ; GODOY, 2020).

No período imperial, com a Constituição de 1934, garantiu-se o direito à instrução primária, mas uma parcela da população foi excluída, podendo participar do processo de alfabetização apenas quem detinha poder econômico, ou seja, a elite. Todavia, com o surgimento das escolas noturnas, viu-se uma oportunidade para alfabetizar as classes minoritárias, bem como ensinar a viver em sociedade (MARQUEZ; GODOY, 2020).

A Educação que inicialmente era para ser um direito de todos, privava uma parte da população em exercê-la, garantindo assim uma formação que os possibilitassem compreender o mundo que os rodeiam, bem como criar uma formação crítica da sociedade em que (con)

vivem. Nesse sentido, as classes minoritárias ficam sem o acesso a educação, sendo favorecido os elitizados, pois em meio a esses processos educativos, eram poucos aqueles que tinham o conhecimento de seus direitos e deveres na sociedade.

A falta de conhecimento possibilitava que os indivíduos fossem explorados, bem como não se reconhecessem enquanto membros da sociedade, pois alguns dos seus direitos eram privados por não serem alfabetizados, ou seja, não saberem ler e nem escrever, enfatizando a ideia de estarem apenas preparados para o trabalho no campo. Esses estigmas dos indivíduos não alfabetizados, ainda hoje recaem na Educação de Jovens e Adultos, pois muitos estão preparados para o mundo do trabalho, no entanto, não detêm uma formação básica educacional.

Para Marquez e Godoy (p. 4, 2020) “A educação [...] tinha caráter filantrópico e baseava-se na premissa de que os sujeitos que não detinham o conhecimento da linguagem escrita eram seres inferiores, incapazes e degenerados”. Essa visão, desconsidera os conhecimentos dos indivíduos que advêm de suas vivências, e que são reconstruídos nas experiências cotidianas.

Desse modo, o (re)pensar das propostas de ensino da EJA, oportuniza que as vivências cotidianas possam ser discutidas em sala de aula, traçando as relações entre o processo de aprendizagem e o contexto em que estão inseridos, possibilitando que os mesmos se reconheçam e que tenham seus conhecimentos valorizados no contexto escolar.

[...] Era necessário respeito e valorização dos saberes populares. Apareceu, pela primeira vez, uma concepção de EJA que valorizava e respeitava os seus sujeitos, o povo brasileiro. A organização do currículo deveria partir da realidade dos sujeitos envolvidos, por meio dos conhecimentos trazidos por eles [...] (MARQUEZ; GODOY, p.6, 2020).

A valorização dos saberes desses indivíduos possibilitava que os mesmos integrassem a sociedade, e tivessem seus direitos garantidos.

Assim, para além de ofertar um ensino que minimize o analfabetismo no Brasil, faz-se necessário criar um currículo que atenda às peculiaridades desses indivíduos no âmbito educacional.

O alto índice de analfabetismo esteve presente no Brasil desde 1987, visando sanar esse problema, foram desenvolvidas campanhas em prol da alfabetização, e nesse momento surgiram as escolas supletivas, direcionando uma formação para os indivíduos que não tinham concluído os estudos primários, e pudessem concluir a Educação Básica em um curto intervalo tempo.

Esse processo formativo atenderia aos indivíduos que não puderam estudar na idade regulamentar, todavia muitas dessas campanhas não vingaram, devido às mudanças governamentais. Assim como os investimentos na Educação, no que tange à formação profissional, infraestrutura e materiais que pudessem subsidiar o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos.

Desse modo, Paulo Freire se destaca com a proposta da alfabetização emancipatória, deixando o ensino “bancário”¹ de lado, e proporcionando uma educação que possibilite os estudantes um senso conscientizador, propondo uma cidadania transformadora e social, mediante as experiências de vida que esses indivíduos carregam consigo.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, p.57, 1996).

Nesse sentido, observa-se que as formas de saberes precisam ser valorizadas de modo a possibilitar as interações entre os pares, sem que um indivíduo oprima o outro por enten-

der que detém mais conhecimento. O campo educacional precisa possibilitar a (re)criação de espaços em que haja uma interação entre o processo de aprendizagem.

A aprendizagem deve ser permeada pelas ações que inter-relacionam o âmbito escolar e as vivências. Desse modo, Paulo Freire se destaca ao desenvolver um processo de alfabetização que atenda às necessidades dos indivíduos, quanto a se desenvolverem no meio que (con)vivem, traçando as relações entre o que é ensinando no contexto escolar, e o que eles já sabem de suas vivências.

[...] o importante não é transmitir conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida. A transmissão de conteúdos estruturados fora do contexto social do educando é considerada “invasão cultural” ou “depósito de informações” porque não emerge do saber popular. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno como indivíduo inserido num contexto social de onde deverá sair o “conteúdo” a ser trabalhado (REIS, 2021, p. 248).

As reflexões do desenvolvimento das *práxis* de Freire (1996) em prol de uma Educação que impulse as ações no cenário educacional, possibilitam uma ressignificação do processo de aprendizagem. Freire (1996) afirma que o ensino deve romper os princípios tradicionais, propiciando uma educação que objetive o desenvolvimento de novas metodologias, primando por um processo que permita relacionar as vivências cotidianas e as práticas que são desenvolvidas no âmbito educacional.

[...] era preciso utilizar o contexto social do aluno, promovendo a aprendizagem de forma mais significativa. Posto isso, o método criado por Freire propunha um método inovador baseado na valorização dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes ao longo de suas vidas (VIEIRA; CHAVES, 2022, p. 2).

A proposta de Freire (1996), possibilitou que as especificidades da EJA fossem compreendidas na história da Educação, de forma a oferecer um ensino que possibilitasse aos indivíduos uma formação cidadã. Todavia, as

1 [...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. [...] em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1987, p.37).

iniciativas de Freire (1996) foram extintas, e nesse momento surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a ideia de alfabetizar os Jovens e Adultos de forma que estes aprendessem a ler e escrever, escolarizando e socializando os indivíduos.

O processo de alfabetização da EJA, deve proporcionar aos indivíduos que eles consigam viver em sociedade, a partir de uma formação crítica construída no âmbito educacional, preparando-os para o mundo do trabalho, assim como, possibilitar que estes reconheçam seus direitos e deveres, almejado mediante uma formação integral do indivíduo.

O ensino da EJA começou a ganhar visibilidade a partir do ano 2000, quando foram instituídas as políticas públicas, que visaram atender as necessidades do público, de modo a oferecer investimento para as unidades escolares, possibilitando que os direitos dessa modalidade fossem reconhecidos, delegando ações que viabilizassem o ensino, bem como preocupando-se com a formação das pessoas que compõem esse quadro educacional.

Uma importante política pública instituída em prol da EJA, foi o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica- FUNDEB, pela Lei 11.494/2007² o qual retomava os direitos vigentes na modalidade, possibilitando a valorização, bem como apresentando as mudanças significativas que atendessem as necessidades de formalização, organização, contemplando a EJA com os recursos específicos a ela destinados.

Com isso, em meio os investimentos na modalidade de ensino, e o desenvolvimento de documentos com Plano Nacional de Educação - PNE³, que evidencia as ações da EJA, e aponta que os problemas da EJA não serão resolvidos facilmente, mas que já existe uma política para

2 Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11494&ano=2007&ato=4eeUTQE1ENRpWT983#:~:text=REGULAMEN-TA%20O%20FUNDO%20DE%20MANUTEN%-C3%87%C3%83O,DE%20QUE%20TRATA%20O%20ART.> Acesso em: 28 set 2023.

3 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 28 set 2023.

pensar ações para o desenvolvimento da Educação que atenda a todos de forma igualitária, e com as condições necessária para um processo de ensino qualificado.

As conquistas na Educação de Jovens e Adultos até o século XX, tem possibilitado que o ensino seja desenvolvido nas unidades escolares, primando essa erradicação do analfabetismo no Brasil, em especial a esse público que não conseguiu alcançar a formação no tempo regulamentar. Todavia, mesmo com todas as ações e movimentos realizados na modalidade, existe risco da perda dos investimentos, devido a uma política de exclusão que perpetua desde a era colonial.

Silva (2021, p. 83) destaca que

[...], os avanços conquistados estão em perigo, podendo se perderem por falta de investimentos, pois sem recursos não é possível alcançar melhores resultados quanto o atendimento desta demanda que representa um quarto da população brasileira, que sofre com processos de exclusão das mais distintas matrizes. Só com educação de qualidade, poderemos pensar numa EJA que propicie desenvolvimento, criticidade e emancipação de sujeitos.

A Educação no contexto da EJA, possibilita uma formação crítica e consciente dos indivíduos e seus atos em sociedade, de modo que estes possam reconhecer seus direitos e deveres. Para além de oferecer esse ensino é necessário pensar nas políticas que são desenvolvidas, compreendendo a necessidade de melhorias e minimização do quadro de analfabetismo.

A erradicação do analfabetismo no Brasil só será possível, se os investimentos na educação se mantiverem, de modo a qualificar profissionais, estruturar as unidades de ensino, dispor de um ambiente agradável e qualificado, oferecendo boas condições de ensino, práticas educativas que sejam planejadas a partir das necessidades dos estudantes.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A alfabetização no Brasil, em especial na EJA,

foi marcada por um processo excludente, tendo em vista o favorecimento da elite quanto a uma educação formal que os qualificassem a exercer seus direitos e a vivência em sociedade. Com o passar do tempo, os movimentos que surgiram propiciaram que todos pudessem dispor de uma formação básica, a qual viria reduzir o alto índice de analfabetismo.

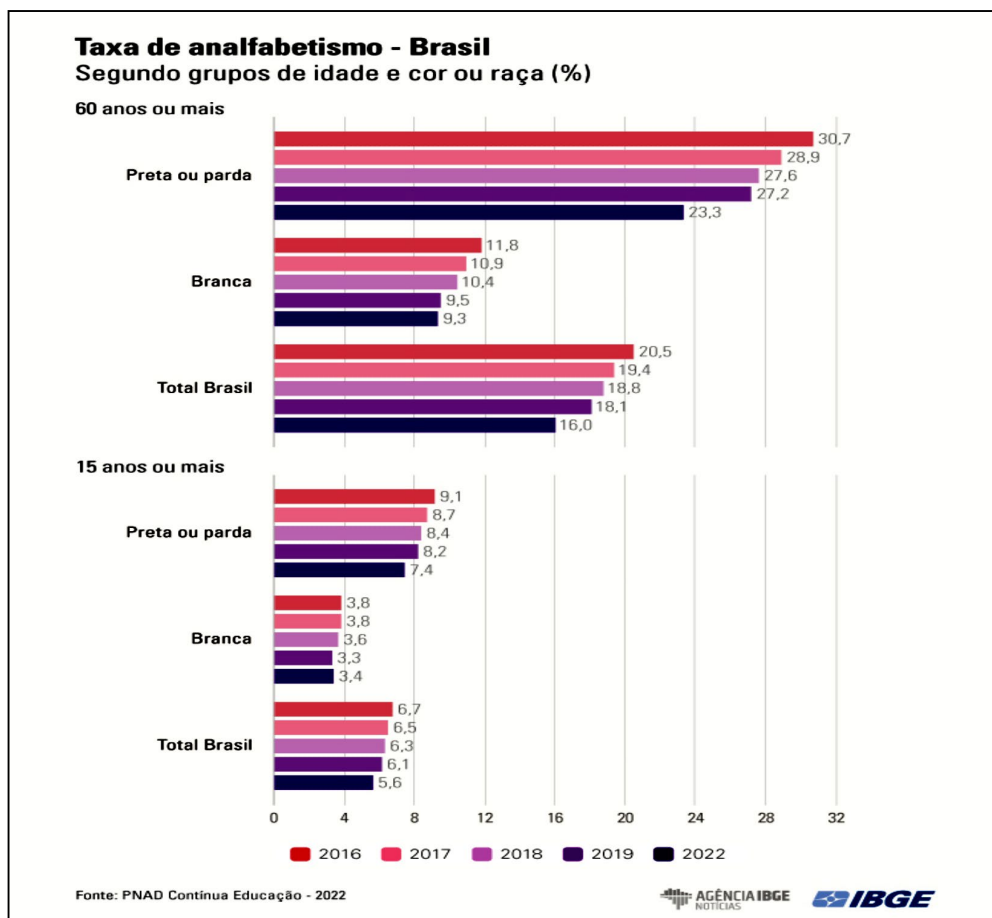
O analfabetismo no Brasil ainda se evidencia e atinge determinadas classes sociais e grupos, ou seja, o público-alvo que compõem esse cenário é composto por indivíduos de cor preta e parda. A exclusão da população negra, compõe a história do Brasil, desde o período colonial, todavia estes não tinham direito a escolarização, e se a tivessem, era como doutrina imposta pelos jesuítas (STRELHOW, 2010).

Com o passar dos tempos, o acesso à

Educação alcançou a sociedade de modo que todos pudessem acessá-la e garantir o direito a uma formação educacional, porém o índice de analfabetismo ainda se apresentava, pois mesmo sendo um direito de todos, o nível de escolarização não atendia a todos de forma igualitária, muitas pessoas ainda eram limitadas a esse acesso, em especial as pessoas negras, de classes menos favorecidas e mulheres que compunham a maior parte da sociedade.

A crescente taxa do analfabetismo no Brasil perpetuou/perpetua por longos tempos, pois mesmos como os programas pensados em prol da erradicação desse problema, observa-se que uma parte da população ainda não tem escolarização completa. A Figura 1, a seguir apresenta a taxa de analfabetismo no Brasil.

Figura 1: Taxa de analfabetismo.



Fonte: Agência IBGE Notícias⁴.

4 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

Nesse sentido, observa-se que a taxa de analfabetismo atinge a classe minoritária da população, e esses problemas incidem diretamente no processo de escolarização desses indivíduos. Com isso, percebe-se que as questões étnico-raciais nesse contexto se tornam evidentes, pois a maioria das pessoas que compõem esse quadro são pretas/pardas, a classe que ao longo da história foi excluída dos processos educacionais. Assim, faz-se necessário quebrar os estigmas do processo de ensino, minimizando as classes que são afetadas, e a partir disso pensar em práticas educativas que atendam a este público.

O gráfico apresentado na Figura 1, destaca que na faixa etária de 15 a 60 anos, o número de analfabeto no Brasil, em sua maioria são os indivíduos pretos ou pardo, isso ocorre pela falta de políticas públicas instituída na EJA, bem como o histórico de exclusão que foi instituído ao longo dos períodos históricos.

É possível identificar que há uma questão identitária que deve ser ressignificada e que traga o reconhecimento para a população negra. No país em que se vive e na sociedade na qual se insere, apesar dos números, índices e estatísticas mostrarem a face do racismo, insiste-se que não há preconceito racial no Brasil (SANTOS, 2022, p. 3).

As lutas das classes, em especial dos indivíduos negros pela conquista de espaço na sociedade perpassam muitos anos. Os movimentos em prol da Educação possibilitaram que esses indivíduos fossem reconhecidos tendo uma participação ativa na sociedade.

A composição da Educação de Jovens e Adultos abarca principalmente as classes minoritárias, nesse processo as dificuldades em permanecer no contexto escolar são variadas, desde as condições sociais, as estruturas físicas, profissionais qualificados e até mesmo o abandono dos estudantes, os quais não se sentir acolhidos e nem membro da sociedade em que (con)vivem, por terem seus direitos negados.

Desse modo, observa-se que os estudantes que abandonam o processo de escolarização,

são pretos ou pardos, e os motivos são diferenciados, mas que incidem nas classes minoritárias desde a história do Brasil. A Figura 2 mostra o abandono das pessoas de acordo com a faixa etária.

Desse modo, observa-se que a permanência nas unidades de ensino no que tange a EJA e o público que a frequenta é marcada por várias situações que permeiam o cotidiano desses indivíduos. A Educação nesse contexto para além de ser ofertada, precisa oferecer subsídios de permanência, tendo em vista atender as necessidades de um processo educativo que (re)pense as práticas educativas, bem como o desenvolvimento de atividades que são direcionadas no âmbito escolar em prol dos estudantes.

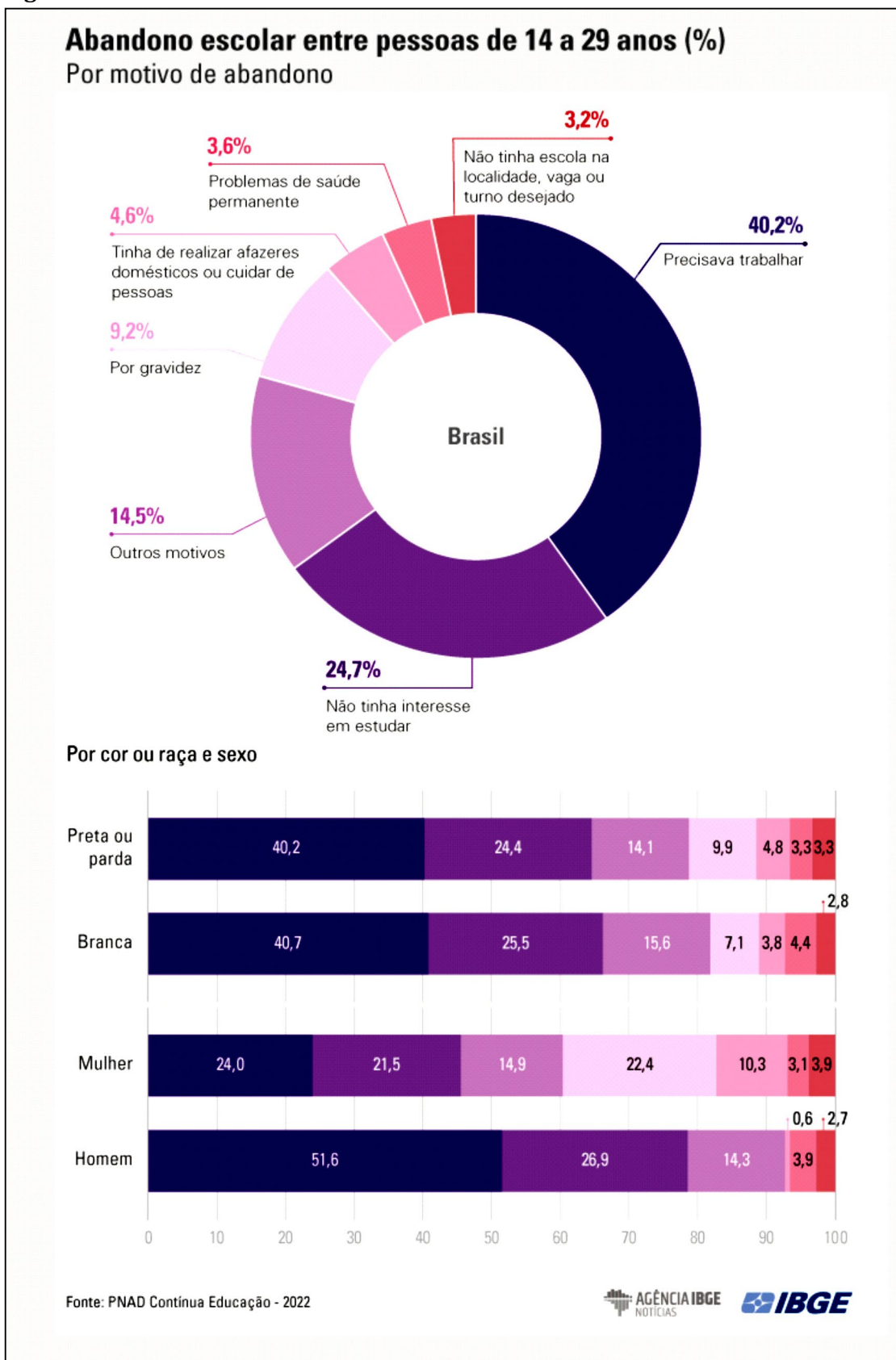
Assim, percebe-se que as questões excludentes na Educação de Jovens e Adultos são perpetuadas pelos períodos históricos, existindo uma “discriminação” a esses indivíduos que buscam por uma formação básica, bem como de um processo de escolarização que os possibilitem perceber a sociedade criticamente, exercendo seus direitos e deveres.

As lutas em prol dos direitos da população negra compõem um marco temporal, com intuito de melhorias de vida, conquistas sociais, dos direitos que para muitos foram invalidados devido ao processo de escolarização que no período histórico do Brasil excluía uma parcela da população.

Após 20 anos da implementação da Lei 10.639/2003, as lutas pelas desigualdades sociais que ainda se instauram no Brasil, demarcam a população que não é assistida por uma política pública que atenda suas necessidades, assim como viabilize esses indivíduos na sociedade.

Quando observamos a implementação de uma política pública para a população negra, o que podemos enxergar são as retóricas negativas e permeadas por dificuldades e que acabam por reproduzir um projeto civilizatório que não abarca a realidade desse povo (OLIVEIRA, 2023, p. 5).

Figura 2: Abandono escolar.



Fonte: Agência IBGE Notícias⁵.

5 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em 25 de setembro de 2023.

As políticas públicas desenvolvidas para população negra, trazem consigo resquícios de uma sociedade marcada pela meritização de uma pequena camada da sociedade, a qual sempre foi viabilizada e teve seus direitos garantidos ao longo da história.

Desse modo, observa-se que após 20 anos de implementação que visa a obrigatoriedade das unidades escolares em oferecer o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, que demarcam as discussões desses povos que muito contribuíram para constituição do Brasil. “No entanto, apesar da legislação, as questões étnico-raciais bem como as contribuições positivas dos povos africanos e afro-brasileiros ainda não são efetivamente suficientes para atacar o racismo, tão impregnado e nocivo na sociedade brasileira” (SANTANA, 2023, p. 2).

As conquistas da população foram importantes para demarcar as condições de uma sociedade desigual. Por conseguinte, a implementação da Lei 10.639/2003 tem se tornado mais vigente, primando minimizar as diferenças entre as classes, compreendendo que todos têm direito de viver em sociedade, bem como um processo de formação que os qualifique para os desafios que o mundo nos impõe.

As discussões voltadas para questões étnico-raciais, vem com a vertente de uma Educação Antirracista com intuito de fomentar os debates sobre o racismo com as crianças e adolescentes, garantido a todos o seu direito.

As escolas devem promover esses debates no âmbito escolar, a partir de uma proposta que alinhem as ideias, difundido as políticas para que os indivíduos, desmitifique esse racismo com as classes minoritárias, que perpétua os períodos históricos da sociedade.

As relações étnico-raciais, precisam ser discutidas nas unidades escolares com intuito de viabilizar as questões de racismo que ainda é tão presente no Brasil. Assim, levar essas discussões para a Educação de Jovens e Adultos, possibilitará que esses estudantes possam se reconhecer no âmbito educacional, bem como

apresente exemplos de situações vivenciadas por eles, para que reconheçam sua história.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada é de cunho qualitativo, e como procedimento metodológico utilizou-se o Mapeamento na Pesquisa Educacional, pois este possibilita uma análise das informações presente em toda pesquisa, de forma a utilizar apenas os dados que servirão na composição da análise (BIEMBENGUT, 2008).

A coleta de dados foi realizada no *Google Acadêmico*, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, bases muito utilizadas em pesquisas científicas. As buscas foram realizadas no período de 2013 – 2023, com intuito de obter informações recentes sobre a tema. Como critérios de inclusão foram utilizados: i) ser pesquisa acadêmica (artigo em revista, monografia, dissertação ou tese); ii) tratar sobre EJA e relações étnico-raciais; e como critérios de exclusão: i) ser livro, capítulo de livro ou trabalho publicado em anais de eventos; ii) tratar apenas da EJA; iii) tratar apenas sobre relações-étnico raciais; iv) não apresentar relações entre EJA e relações étnico-raciais.

A primeira busca foi realizada no *Google Acadêmico*, utilizando a expressão-chave “EJA AND étnico-raciais”, foram encontradas 3.950 pesquisas. Após uma análise pelos títulos, nove pesquisas correlacionavam com a temática, observando que a partir da página 10, as ideias, não condiziam com o objetivo da pesquisa realizada, desde modo iniciou-se as leituras minuciosas das pesquisas selecionadas.

Ao realizar buscas na BDTD, utilizando a expressão-chave “EJA AND étnico-raciais”, foram encontrados 20 resultados, dos quais se analisou inicialmente os títulos, verificando-se que uma pesquisa encontrava-se duplicada sendo ela “*Racismo e educação de jovens e adultos: análise do ensino para as relações étnico-ra-*

ciais em uma escola EJA” e outra que compunha o corpus da pesquisa, identificada por D1. Após análise dos títulos duas investigações apresentam relação com a temática, as quais serão apresentadas no Quadro 1, a seguir.

Direcionando a procura para o Catálogo da CAPES, usando a expressão – chave “EJA AND étnico-raciais”, verificou-se 20 investigações, destas, ao analisar os títulos, notou-se que três pesquisas já compunham o quadro de investigação, são elas D1, D2 e D3. Com isso apenas duas pesquisas demonstraram relação com a temática, sendo realizada uma leitura

minuciosa dos resumos, para compusessem definitivamente o Quadro1.

Após apreciação dos títulos, palavras-chave e resumos, elencou-se 12 pesquisas que atendiam ao objetivo desta investigação, de forma que estas compuseram o corpus da análise. Sendo três monografias, quatro artigos, duas dissertações e uma tese. Assim codificou-se as pesquisas da seguinte forma M1, M2 e M3, para as monografias, A1, A2 e A3 para os artigos, D1 e D2 para a dissertação e T para a tese, conforme são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Pesquisas selecionadas para análise.

CODIFICAÇÃO	PESQUISAS
M1	SANTOS, Rosiane Souza. “... É além do que falar sobre a nossa própria cultura, é você ir além... ”: um estudo sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação de Jovens e Adultos. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Bahia, 2018.
M2	OLIVEIRA, Guilherme Gonzalez de. Relações étnico-raciais na EJA: as implicações da desigualdade racial na educação/ Guilherme Gonzalez; orientadora: Marta Lima de Souza. Rio de Janeiro, 2019. 78 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.
M3	OLIVEIRA, Ricardo Silva de. Relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos: um estudo do ciclo 05 "c" da Eja na UFPB. - 75 fl. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2019.
A1	PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. A Educação das Relações Étnico-Raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da Prática Pedagógica. Educação em Revista Belo Horizonte, v.34, e192251, 2018.
A2	MATOS, I. J. C. Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação de Jovens e Adultos -EJA: Um Processo em Construção. RACRE- R. Adm. UNIPINHAL, Esp. Sto. Pinhal – SP• V. 23 • N. 27 • Jan./Dez, 2022.
A3	PINHEIRO, J. C.; CORENZA, J. A.; VIANA, S. S. Reflexões sobre a EJA e as Relações Étnico-Raciais. ReviVale Araçuaí, v. II, n. 2, jul. 2022/ago. 2022.
A4	FERREIRA, L. C.; MALÚ, E. A. M. As identidades negras da EJA em diálogo com a (re) educação das relações étnico-raciais. Revista Educação e Emancipação , [S. l.], v. 14, n. 3, p. p.51–76, 2021.
D1	FERRAZ, Bruna Rocha. EJA e Educação para as Relações Étnico-Raciais: Uma Proposta de Pesquisa-ação em uma Escola do Guará/Distrito Federal. 185f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, 2016.
D2	ROSA, Alan Barcellos da. Currículo e Identidades Étnico-Raciais: Desafios na Implementação da lei 10.639/03 No Ensino Médio da EJA em Alvorada/RS. 197f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação – PUCRS. 2017.

D3	BORGES, Thâmara Nayara Alves Pereira. Racismo e Educação de Jovens e Adultos: análise do ensino para as Relações Étnico-Raciais em uma escola EJA. 120f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia.
D4	SILVA, Thatiana Barbosa da, 1978. A EJA é negra! As vozes dos sujeitos da rede municipal de Belford Roxo sobre as questões étnico-raciais. 90 f. Dissertação (Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneo e Demandas Populares). 2019.
T	MOURA, Ronnie Wesley Sinésio. Práticas Pedagógicas para Educação das Relações Étnico-Raciais numa escola Quilombola da Rede Municipal de João Pessoa, PB: experiências de professores/as da Educação de Jovens e Adultos, 340f. Tese (Doutorado) - UFPB/CE. 2023.

Fonte: Autoras (2023).

As pesquisas elencadas destacam como as relações étnico-raciais estão sendo viabilizada na EJA, de forma a discutir situações que possam ser desenvolvidas no contexto de ensino, bem como as parceiras que podem ser articuladas com intuito de difundir as ideias de uma educação para todos, e de qualidade.

Nesse sentido, as análises das pesquisas foram realizadas, mediante as categorias definidas *a priori*: a) Objetivo das pesquisas; b) Bases Teóricas das pesquisas; e c) Resultados das pesquisas; as quais são detalhadas na seção a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pesquisas analisadas destacam como o ensino da EJA está discutindo as relações étnico-raciais no contexto escolar, possibilitando que os estudantes envolvidos nessa modalidade possam conhecer os entraves que se apresentam durante a implementação da EJA, bem como

possam perceber a importância de estudar e compreender as culturas afro-brasileiras que compõem a história de muitos ancestrais desses indivíduos.

Objetivo das pesquisas

De modo geral, as pesquisas têm como objetivo fomentar as questões na Educação de Jovens e Adultos, destacando a importância da Lei 10.639/2003. Sugerem que o ensino da EJA discuta, nas aulas dos diferentes componentes curriculares, bem como que as práticas educativas dos profissionais concebam essas discussões em prol das relações étnico-raciais.

Ademais, sugerem que essas discussões possam ser enfatizadas com intuito de apresentar aos estudantes como as dificuldades que muitos deles enfrentam em seu cotidiano podem ser conciliadas no processo de aprendizagem desenvolvido no âmbito educacional. O Quadro 2 apresenta os objetivos das pesquisas supracitadas.

Quadro 2: Objetivos das pesquisas.

M1	Compreender como têm sido tratada as Relações Étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelecendo um diálogo entre esta modalidade educacional e a Educação para as Relações Étnico-Raciais.
M2	Investigar as relações entre o possível majoritário percentual de pessoas negras na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as assimetrias inerentes as relações étnico-raciais no Brasil.
M3	Analisar as relações étnico-raciais na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos, um estudo do Ciclo 05 “C” da EJA na UFPB.

A1	Problematizar a prática pedagógica na educação de jovens e adultos a partir da pesquisa-ação, realizada entre coordenação pedagógica e professores, tendo como foco a educação das relações étnico-raciais.
A2	Deslindar práticas desenvolvidas em uma sala de aula da EJA – anos iniciais, tendo como foco, a discussão das questões étnico-raciais.
A3	Construir reflexões e relações entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as questões Étnico-Raciais, tendo em vista o quantitativo expressivo de estudantes negros e negras na EJA
A4	Discutir o processo de reeducação das relações étnico-raciais na educação de jovens e adultos, a partir das identidades negras no cotidiano escolar da EJA.
D1	Analisar o racismo em EJA, a partir do ambiente escolar e suas práticas e experiências cotidianas
D2	Problematizar a implementação da Lei Federal 10.639/03 no currículo escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Alvorada/RS, com base na construção de identidades étnico-raciais dos educandos, a partir da percepção dos interlocutores da pesquisa.
D3	Contribuir para a implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro- Brasileira nas escolas públicas e particulares, produzindo uma sequência didática sobre a temática do racismo, elaborada com o intuito de fomentar o ensino das relações raciais na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).
D4	Investigar as iniciativas da Secretaria Municipal de Educação de Belford Roxo que objetivam a implementação da Lei 10.639/2003, tendo como ponto de referência as escolas que atendem a EJA.
T	Analisar como são desenvolvidas as práticas pedagógicas dos/as professores/as da EJA, de uma escola quilombola da rede pública municipal da cidade de João Pessoa, para uma educação das relações étnico-raciais.

Fonte: Autoras (2023).

As pesquisas M1, M3, A1 e D2 enfatizam as discussões nas relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos, possibilitando um diálogo na modalidade de ensino, mediante o contexto que os indivíduos estão inseridos, analisando como as questões que permeiam a Educação que retratam as relações étnico-raciais e são discutidas no âmbito escolar.

A M2, A3, A4, D1 e T, apontam as diferenças entre o público da Educação de Jovens e Adultos, que na sua maioria são pessoas negras (IBGE), neste são apontadas a porcentagem de pessoas negras e brancas que são analfabetas no Brasil. Com isso, as distorções que perpetuam as questões étnico-raciais, retratam a realidade que esses indivíduos são impostos, uma vez que no campo educacional essas relações não são visíveis. Com isso, vê-se a possibilidade de provocar discussões de forma que os estudantes se reconheçam enquanto pessoas pretas, impondo-se

na sociedade, buscando seus direitos e criando uma identidade que os caracterizam enquanto pessoas que conhecem sua história.

O artigo A2 objetiva desenvolver nas práticas educativas essas discussões entre as relações étnico-raciais e a EJA, possibilitando que os estudantes possam se reconhecerem, percebendo os entraves para desenvolvimento do processo de ensino. Possibilitando assim, compreenderem que os desafios no ensino da EJA é algo histórico, e que alguns estigmas podem ser quebrados.

Já, as dissertações D4 e D3 ressaltam a importância de os órgãos governamentais apoiarem a implementação da Lei 10.639/2003, tendo em vista possibilitarem as discussões sobre as relações étnico-raciais, na modalidade da EJA, considerando os entraves sofrido na implementação, devido às questões permeadas no contexto político e social do Brasil.

Bases Teóricas das pesquisas

As pesquisas de forma geral não apresentaram uma base teórica nas discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos, nestas os autores apresentam uma revisão de literatura acerca da temática, trazendo embasamento para as pesquisas. Já em relação às questões étnico-raciais, as discussões foram embasadas pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece implementação e obrigatoriedade da temática, “História e Cultura Afro-Brasileira”.

A Lei 10.639/2003 visa proporcionar que haja um diálogo sobre a história do povo negro no Brasil, possibilitando que os estudantes se reconheçam enquanto membros da sociedade, analisando os desafios e conquistas durante todo percurso histórico (BRASIL, 2003).

A pesquisa M1 (SANTOS, 2018) expõe reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação para as relações étnico-raciais, apresentando momentos da negação dos direitos dos negros na Educação. Nesse contexto, a autora traz alguns documentos que guiam o ensino da EJA, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (BRASIL, 2013), e para alicerçar a escrita dessa temática, apresenta autores por meio de uma revisão de literatura. Acerca das relações étnico-raciais, o embasamento versa sobre a Lei 10.639/2003.

Oliveira (2019a) traz, em M2, uma discussão acerca da Educação para a população negra no Brasil, apontando questões da desigualdade e étnico-raciais, destacando pontos sobre a estruturação da modalidade de ensino da EJA. Apresenta os documentos oficiais que alicerçam as questões de ensino, bem como dados estatísticos que expressam a quantidade de pessoas negras, os preceitos advindos da modalidade. A Lei 10.639/2003 é o aporte teórico das questões étnico-raciais.

Já em M3, Oliveira (2019b) aponta as trajetórias históricas da EJA no Brasil, destacando pontos importantes, bem como os desafios no processo de implementação da EJA no âmbito educacional. Após, traz uma discussão sobre a

modalidade de ensino em especial na Paraíba, apontando como o ensino da EJA é desenvolvido, e as redes de apoio que contribuem com sua inserção no Estado. Na sequência traz uma discussão sobre as relações étnico-raciais no espaço já supracitado, destacando as características desse público e os percursos educacionais advindos da história. A fundamentação das questões étnico-raciais é difundida por meio da Lei 10.639/2003.

Passos e Santos (2018) discutem em A1, sobre a Educação e as Relações Étnico – Raciais na EJA, destacam a importância de discussões e da inserção no currículo, nesse sentido enfatizam que a LDB, assim como o Parecer CEB/CNE nº 11/2000 relatam a importância em discutir sobre a temática na modalidade de modo que os saberes desses indivíduos sejam valorizados no contexto escolar. Na sequência, versam sobre a importância da EJA no campo educativo compreendendo os desafios que cercam, e o pensar num ensino que atenda as peculiaridades do público. Ressaltam que a educação escolar e suas desigualdades são importantes pautas de discussão, bem como o Ensino de História e da cultura Afro-Brasileira na EJA, elucidados por meio de questões raciais no âmbito escolar.

Em A2, Matos (2022) traz uma discussão acerca da Lei 10.639/2003, enfatizando a importância da formação dos professores em conhecerem a Lei, sendo possível trabalhar a partir da mesma na sala de aula. Para além apresenta um projeto com a proposta antirracista da EJA, este aponta datas importantes, como o 20 de novembro, possibilitando essas discussões em sala de aula para que os estudantes possam conhecer e entender a vida dos seus antepassados. No entanto, sabe-se que a discussão sobre estas questões, assim como a implementação da Lei, não deve apenas ter evidência no Dia da Consciência Negra, mas sim, durante todo o período letivo.

Pinheiro, Corenza e Viana (2022) em A4, discutem sobre o percurso histórico da EJA, apresentando documentos que respaldam a

modalidade de ensino, do currículo da EJA e os pareceres CNE/CBE⁶ 11/2000 e CNE/CP⁷ 003/2004, enfatizando a importância da modalidade e do ensino que é oferecido ao público, enfatizando a ideia de estes serem reconhecidos. Destacam a importância em obter um currículo que atenda as necessidades no âmbito educacional, e as discussões étnico-raciais, que são baseadas na Lei 10.639/2003.

O parecer CNE/CBE 11/2000, versa sobre a Diretrizes Curriculares do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, o qual na nova versão da Lei estenderiam a obrigatoriedade para a modalidade da EJA, sendo compreendida nas etapas de ensino a nível médio e fundamental, de modo a oferecer uma Educação para todos. Com esse parecer vários nuances foram direcionados ao ensino da EJA, partindo da necessidade de compreender o espaço que esses indivíduos advêm e as necessidades de um ensino que atendam as peculiaridades no processo de aprendizagem.

O parecer CNE/CP 003/2004 regulamenta a obrigatoriedade da implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, propiciando o cumprimento da Lei e assegurando os direitos a igualdade social, bem como a realização das discussões em prol da história das culturas afro-brasileiras que compõem parte da história do Brasil.

No artigo A4, Ferreira e Malú (2021) discutem as identidades negras na EJA, a importância do reconhecimento desses indivíduos no contexto em que se inserem. Aponta que nas Diretrizes Curriculares existe um direcionamento para o diálogo com as culturas africanas e afro-brasileiras, enfatizando a importância dessas discussões no âmbito educacional para que os indivíduos se reconheçam como membros da sociedade, apto a exercer seus direitos e deveres.

Em D1, Ferraz (2016) aponta as lutas e resistências, fazendo um aporte ao cenário educacional no contexto dos negros no Brasil relacionando a presença desses indivíduos na EJA. Destaca a questão da desigualdade social e da meritocracia para alguns indivíduos da sociedade, enfatizando o percurso que o povo negro teve ao longo dos anos na sociedade Brasileira, com isso apresenta a criação da SECAD e da Lei 10.639/2003, importante conquista na luta das políticas públicas, mediante a isso aponta que ambas criações tiveram por intuito implementar políticas de inclusão educacional, rompendo com as desigualdades e assegurando os direitos a diversidade étnico-raciais. A autora cita o documento VI CONFINTEA⁸, o qual enfatiza a diversidade, porém as questões étnico -raciais ficam como pano de fundo. Por fim ressalta-se as poucas pesquisas que há no âmbito das relações étnico -raciais e a EJA. A autora, reforça que o ensino da EJA deveria ser hegemônico e não racista, de modo que possibilite ao estudante construir o próprio protagonismo.

Rosa (2017), em D2 relata as identidades étnicos -raciais e o currículo, destacando que a população negra, teve o acesso à educação negada, aponta a Constituição Política do Império do Brasil, na sequência discorre a discussão acerca dos problemas enfrentados pelos povos negros ao longo dos anos. Após, com o questionamento por que educar para relações étnicos -raciais? Destaca que a compreensão do estudo das relações étnico-raciais nos diferentes espaços formais, possibilita enxergar uma sociedade escravocrata e que traz heranças discriminatórias visíveis nos dias de hoje. Nesse sentido, Rosa (2017) reforça a ideia do currículo multicultural e ressalta

6 Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 27 set 2023.

7 Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 27 set 2023.

8 A 6ª Conferência Internacional de Jovens e Adultos (CONFITEA VI) proporcionará uma importante plataforma para o diálogo sobre políticas e promoção da aprendizagem de adultos e educação não formal em âmbito global. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14239-confitea>. Acesso em: 21 abr 2024

por que incluir as questões étnico -raciais no currículo. O autor menciona que a inserção deste, e a implementação da Lei, é a reparação e reconhecimento valorização da cultura e identidade afro-brasileira.

Já D3, Borges (2018) retrata o percurso histórico da EJA, enfatizando os desafios ao longo do tempo para sua implementação enquanto modalidade de ensino, após fala sobre o racismo no Brasil, destacando que os negros são os que mais sofreram nesse contexto, em meio a discussão sobre o racismo, a autor apresenta a teoria raciais do século e na sequência aponta que o ensino das relações étnico-raciais, são compostas pela historicização do país, e que isso perpetua a falta de acesso à educação, destacando os avanços dos movimentos negros, bem como da legislação em incorporar a valorização da cultura nas unidades escolares.

Em sua dissertação (D4), Silva (2019) aponta as questões étnico-raciais na EJA enfatizando a importância das discussões no âmbito escolar, de forma a possibilitar que os estudantes compreendam as situações que eles convivem no cotidiano, as quais podem contribuir no desenvolvimento em sociedade. A autora destaca a importância dos programas em prol do ensino, bem como a parceria estabelecida pela Secretaria do município de Belford Roxo, estado do Rio de Janeiro.

Moura (2023) em T, realiza uma discussão acerca da prática antirracista, como possibilidade de descolonizar o ensino da EJA e o currículo por serem indissociáveis na prática pedagógica, após retrata que as ideias sobre os sujeitos da EJA, que em sua maioria são negros, trabalhadores e entre outros. Afirmado que não tem como falar das questões étnico-raciais, sem destacar a opressão e o racismo que esses indivíduos sofreram ao longo de sua trajetória. Assim, destaca a importância de uma formação emancipadora e antirracista.

As pesquisas em prol das relações étnico-raciais e da EJA, possibilitam que ações sejam viabilizadas com intuito em desenvolver um ensino voltado para o conhecimento das cultu-

ras afro-brasileiras, de forma que as vivências desses indivíduos sejam compreendidas e debatidas. As Políticas Educacionais em prol Educação de Jovens e Adultos são guiadas por documentos que contribuem para que esse ensino possa ser fundamentado de forma a atender as necessidades do público que a compõem, mas em meio a esse processo, observa-se que falta um currículo que (re)pense as atividades a serem desenvolvidas para esse ensino.

Resultados das Pesquisas

As pesquisas apontam a importância das discussões das relações étnico-raciais no ensino da EJA, tendo em vista que o processo de implementação dessa modalidade foi marcado por lutas das classes minoritárias que queriam ter o direito a uma formação educacional. Nesse cenário vislumbram que o ensino na EJA seja realizado a partir das necessidades dos indivíduos, de modo que, as questões que permeiam as vivências contribuam com as práticas educativas dos profissionais da educação.

Ressaltam que a implementação da Lei 10.639/2003 contribui para as discussões em prol das questões étnico-raciais. E estas se fazem necessária mediante o público presente na EJA, possibilitando que esses se reconheçam enquanto parte da sociedade e que mesmo com as dificuldades ao longo da história, trouxeram/trazem contribuições tanto para o âmbito educacional, como para a sociedade.

Santos (2018) destaca a importância da formação dos professores para as relações étnico-raciais, enfatizando que haja discussões nas salas de aula. E que seja possível traçar as relações do ensino da EJA, e as questões étnicas.

Oliveira (2019a) aponta que as dificuldades das comunidades negras são fruto das ações contemporâneas, enfatizando a importância primar pelas questões antirracistas, sendo essas discussões elementos essenciais contra as desigualdades sociais e as ações em sociedade.

Oliveira (2019b) menciona sobre os desafios da Educação da EJA na implementação no contexto histórico, ressaltando que a Lei é

uma conquista para Educação, pois possibilitou discussões em sala sobre temática que se apresentam nas ações cotidianas. Ressalta também que os professores precisam trabalhar a temática em sala de aula, apontando caminhos para mudanças na prática de ensino.

Passos e Santos (2018) ressaltam que mesmos com 15 anos da implementação da Lei 10.639/2003 não institucionalizaram nos currículos para na Educação incluído a EJA, destaca que quando a prática pedagógica implementa ações em prol das questões étnico-racial é um empenho individual do professor, para além apontam as dificuldades dos profissionais em trabalharem com a temática, e que os alunos instigam as discussões incumbidos do próprio interesse. Por fim, relata que o ensino da EJA deveria experimentar outro nível de ensino, já que tem sua pauta nos direitos dos jovens e adultos.

Matos (2022) destaca a importância de oferecer formação para os professores, destacando as poucas discussões em relação à EJA e às questões étnico-raciais, estas são vigentes e essenciais no cenário educacional. Com isso, aponta a importância da implementação da Lei 10.639/2003 que completou 20 anos, com intuito de resgatar as contribuições do povo negro nas diferentes esferas da sociedade. As escolas tornam-se essenciais ao trabalharem em seu currículo escolar as culturas afro-brasileiras, possibilitando ações que compreendam as relações entre os indivíduos e seu meio. Para além, enfatiza como as ações da Secretaria do município de Belford Roxo – RJ, foram essenciais nas ações da EJA.

Pinheiro, Corenza e Viana (2022) apontam a importância da construção de novos olhares sobre as questões étnico-raciais, bem como o desenvolvimento das práticas antirracistas em prol do ensino da EJA, de modo a contribuir com as discussões que fomentem ações que viabilizem as práticas educativa.

Ferreira e Malú (2021) enfatizam a importância de um currículo no viés antirracista, pensado para EJA e as questões étnico-raciais,

reestruturando as bases educacionais, de forma que as práticas educativas desenvolvidas no contexto escolar possam ser trabalhadas e discutidas para que se tenha uma sociedade justa.

Ferraz (2016) menciona que as discussões sobre as questões étnico-raciais ainda são insuficientes mesmo com a presença dos grupos negros na sociedade, o que aponta a necessidade da problemática se evidenciar. Com isso, observa-se que as questões sobre a diversidade da EJA são recentes e trazem à tona a homogeneização dos sujeitos nessa modalidade, observa-se que os discursos realizados em prol das questões étnico-raciais e da EJA, são importantes, pois quebra o silenciamento desses indivíduos que constituem a sociedade em sua maioria sofrem com atos/situações racistas. A autora enfatiza que as questões étnico-raciais e a EJA, torna-se um campo epistemológico político, que envolve relações de poder.

Rosa (2017) tenciona que alguns fatores sociais incidem na implementação da Lei 10.239/2003 e do currículo no ensino da EJA, enfatiza que mesmo com 16 anos da Lei completados em 2016, ainda existe vários desafios que regem as discussões não apenas na EJA, mas de toda Educação Básica. Observa-se que mesmo com a falta de formação dos professores em relação a temática, demonstram interesse em pesquisar e debater sobre o assunto, de modo a informar os estudantes sobre a importância de estudar a sua história e cultura. O autor destaca que ainda há um longo caminho a percorrer pelos professores a respeito da Lei 10.639/2003, pois está ainda se configura como ato político em que poucos se sensibilizam a trabalhar em sala de aula.

Borges (2018) evidencia a importância da história da EJA como um fator crucial ao desenvolvimento dos sujeitos nessa modalidade, pensando em uma Educação significativa e reconhecida. Destaca a importância da Constituição de 1934 de modo que os indivíduos conheçam seus direitos. Para além, aponta que existiam duas formas de ensinar na EJA, sendo

que uma preparava para o mercado de trabalho e a outra a formação dos cidadãos emancipados, primava por uma concepção crítica da sociedade. Com isso, ressalta que o profissional da educação, tem um papel importante de eleva autoestima dos estudantes, bem como propiciar um ambiente agradável para o desenvolvimento de sua prática educativa. A autora ressalta que a Lei 10.639/2003 pode contribuir para o desenvolvimento de uma educação antirracista e transformadora se trabalhada por meio de sequência didática, pensando no desenvolvimento do sujeito crítico-reflexivo quanto a existência do racismo no Brasil.

Silva (2019) aponta que as discussões sobre as questões africana e afro-brasileira precisam se evidenciar, em especial nas aulas da EJA, conectado as experiências desses indivíduos, as práticas e manifestações realizadas pelos seus povos. Percebe-se que isso se fará possível mediante os apontamentos diante dos questionamentos apresentados pela sociedade.

Moura (2023) ressalta que os professores da EJA tentam relacionar os conteúdos da modalidade às questões étnico-raciais compreendendo a importância de debater sobre a temática no contexto da sala de aula, assim o autor destaca que os discursos sobre as questões étnico-raciais aparecem timidamente no Projeto Político Pedagógico (PPP), sendo necessário implementar no currículo para que haja um reconhecimento dos profissionais, sobre a necessidade das discussões que demarquem as vivências desses indivíduos. O autor reforça que mesmo as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 alterarem a LDBEN/1996, ainda falta referências que ajudariam a reestruturar e orientar as práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a EJA precisa ser compreendida como uma modalidade de ensino que necessita de uma atenção especial, uma vez que o público que compõe essa esfera educacional é carregado de história que podem contribuir para o processo de ensino. Com isso, entende-se a importância da implementação da Lei 10.638/2003 também nessa modalidade de

ensino, visando inserir as discussões das cultura afro-brasileira nesse contexto, tendo em vista que os dados apontam que a maioria das turmas da EJA são constituída por pessoas negras/pardas e em determinada faixa de idade.

As relações étnico-raciais no Brasil são vivenciadas principalmente pelas pessoas negras, mas também por outros indivíduos tais como: indígenas, quilombolas e etc. Nesse sentido as discussões da temática viabilizam o reconhecimento das culturas desses povos, possibilitando promover o conhecimento da história do Brasil e dos povos que lutaram pela sua constituição, assim como, quebrar os estigmas que circulam no contexto que estes (con)vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por objetivo identificar como as pesquisas acadêmicas brasileiras discutem as relações étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos, considerando o processo de exclusão que essa modalidade de ensino sofreu durante a história do Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino importante, pois atende os indivíduos em diferentes contextos, bem como diferentes saberes que são desenvolvidos mediante as trocas que são vivenciadas no âmbito escolar.

As lutas que foram enfrentadas em prol da implementação da EJA, serviram para fortalecer esse público de forma a perceber que as lutas de classes existiram/existem. Com isso, a importância de pensar no processo de ensino que atenda às necessidades desses indivíduos constituem uma Educação voltadas à identidade dos povos.

Assim, percebe-se a importância de currículos que atendam às necessidades desses indivíduos, e que as práticas educativas sejam pensadas e construídas em prol desses estudantes, que muito podem ensinar, por meio de suas ações e práticas inseridas no seu cotidiano.

Nesse sentido, a implementação da Lei 10.639/2003 destaca-se, pois oportuniza as discussões das culturas afro-brasileiras e africanas nas aulas, possibilitando que os estudantes possam conhecer a história dos antepassados que muito contribuíram para constituição da sociedade, mas que ao longo do tempo foram inviabilizando pelas políticas públicas do país.

As políticas públicas são fundamentais pois são medidas que ajudam no desenvolvimento do sistema educacional, possibilitando a garantia dos direitos dos estudantes, quanto uma Educação de qualidade, boas estruturas e profissionais qualificados mediante aos processos de formação que as unidades escolares possam fornecer.

As questões étnico-raciais precisam ser discutidas, tornando-as visíveis por meio de ações em prol de uma sociedade antirracista, na qual a população minoritária não sofra com as ações que a sociedade impõe. Desse modo, direcionando essas discussões para o ensino na EJA, oportunizará que esses indivíduos se reconheçam enquanto sociedade e percebam que algumas situações que os rodeiam, permeiam os percursos históricos do Brasil.

REFERÊNCIAS

BIEMBENGUT, M. S. **Mapeamento na Pesquisa Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2008.

BORGES, Thâmara Nayara Alves Pereira. **Racismo e Educação de Jovens e Adultos: análise do ensino para as Relações Étnico-Raciais em uma escola EJA**. 120f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei nº10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Dis-

ponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em: 25 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17[ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. p.57-76. 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/143565/mod_resource/content/2/Texto6-Freire-1parte.pdf. Acesso em: 27 set 2023.

FERREIRA, L. C.; MALÚ, E. A. M. As identidades negras da EJA em diálogo com a (re)educação das relações étnico-raciais. **Revista Educação e Emancipação**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. p.51-76, 2021.

FERRAZ, Bruna Rocha. **EJA e Educação para as Relações Étnico-Raciais: Uma Proposta de Pesquisa-ação em uma Escola do Guará/Distrito Federal**. 185f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) Universidade de Brasília, 2016.

GADOTTI, M. **Educação de Adultos como Direito Humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009. (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação; 4).

MATOS, I. J. C. **Práticas Pedagógicas Antirracistas na Educação de Jovens e Adultos -EJA: Um Processo em Construção**. RACRE- R. Adm. UNIPINHAL, Esp. Sto. Pinhal – SP• V. 23 • N. 27 • Jan./Dez. 2022

MARQUEZ, N. A. G.; GODOY D. M. Al. Políticas públicas para educação de jovens e adultos: em movimento e disputa. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 25-42, maio-ago. 2020.

MOURA, Ronnie Wesley Sinésio. **Práticas Pedagógicas para Educação das Relações Étnico-Raciais numa escola Quilombola da Rede Municipal de João Pessoa, PB: experiências de professores/as da Educação de Jovens e Adultos**, 340f. Tese (Doutorado) – UFPB/CE. 2023.

OLIVEIRA, G. G. **Relações étnico-raciais na EJA: as implicações da desigualdade racial na educação/Guilherme Gonzalez; orientadora: Marta Lima de Souza**. Rio de Janeiro, 2019. 78 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019a.

OLIVEIRA, R. S. **Relações étnico-raciais na perspectiva à educação de jovens e adultos: um estudo do ciclo 05 “c” da Eja na UFPB**. - 75 fl. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2019b.

OLIVEIRA, A. S. **A Percepção Docente e Discente**

sobre a Lei 10.639/2003 no estado do Ceará: Um breve retrato de incongruências estruturais a respeito desse dispositivo jurídico. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/eneseb/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV186_MD1_ID49_TB23_04062023115545.pdf. Acesso em: 28 set 2023.

PASSOS, Joana Célia dos; SANTOS, Carina Santiago dos. A Educação das Relações Étnico-Raciais na EJA: Entre as potencialidades e os desafios da Prática Pedagógica. Educação em Revista Belo Horizonte, v.34, e192251, 2018.

PINHEIRO, J. C.; CORENZA, J. A.; VIANA, S. S. Reflexões sobre a EJA e as Relações Étnico-Raciais. **Revivale**, Araçuaí, v. II, n. 2, jul. 2022/ago. 2022.

ROSA, Alan Barcellos da. Currículo e Identidades Étnico-Raciais: Desafios na Implementação da lei 10.639/03 No Ensino Médio da EJA em Alvorada/RS. 197f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação – PUCRS. 2017.

REIS, S. M. A. O. Paulo Freire: 100 Anos de Práxis Libertadora. **Revista Práxis Educacional**, v.17, n.47, p. 238-258, ago 2021.

SILVA, Thatiana Barbosa da, 1978. A EJA é negra! As vozes dos sujeitos da rede municipal de Belford Roxo sobre as questões étnico-raciais. 90 f. Dissertação (Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneo e Demandas Populares). 2019.

SILVA, T. B. **A EJA é negra!** As vozes dos sujeitos da rede municipal de Belford Roxo sobre as questões

étnico raciais. 90 f. Dissertação (Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneo e Demandas Populares). 2019.

SILVA, C. I. A. **Professores que atuam na EJA:** entre a formação e a prática docente. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. 162f.

SANTOS, R. S. “... **É além do que falar sobre a nossa própria cultura, é você ir além...**”: um estudo sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação de Jovens e Adultos. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB, Bahia, 2018.

SANTOS, F. R. A Construção da Identidade Negra através da Lei 10.639/2003: os alunos da EJA em debate. **Kwanissa**, São Luís, v. 05, n. 12, p. 65-81, jan/jun, 2022.

STRELHOW, T. B. Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

VIEIRA, U. M.; CHAVES, D. N. O. **A Importância da Tendência Libertadora de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos Iporá - GO**, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância, 2022.

*Recebido em: 24/05/2024
Aprovado em: 11/06/2024*